



EURODEFENSE-PORTUGAL Conselho Geral de 19 de maio de 2023

O NOVO PACTO CIVIL DA PSDC

Página 3

UM PACOTE DE CONECTIVIDADE PARA A UE

Página 2

PONTO DE NÃO RETORNO?

Página 4

SUGESTÕES DE LEITURA

Página 5

A DECLARAÇÃO SCHUMAN: ONDE NASCEU A EUROPA

Página 6

O Conselho Geral do EuroDefense-Portugal reuniu em 19 de maio de 2023.

Nessa reunião foi aprovada por unanimidade o Plano de Atividades para 2023, já distribuído aos associados.

Foi também eleito e por unanimidade o Conselho Consultivo, que passou a ser constituído por: Presidente: Embaixador Joaquim Ferreira Marques; Vice-Presidente: Major-general Augusto de Jesus Melo Correia; Vogais: Professora Ana Isabel Marques Xavier, Coronel António Luís Beja Eugénio, Contra-almirante António José Gameiro Marques, Coronel Eduardo Manuel Vicente Caetano de Sousa, Dr. Eugénio Manuel Santos Ramos, Dr. Jorge Firmino Rebocho Pais, Major-general José Manuel Mota Lourenço da Saúde, Professora Mónica Dias, Professora Patrícia Daehnhardt, Professora Sandra Maria Rodrigues Balão.

Com esta eleição ficam plenamente constituídos os Órgãos Sociais para 2023-2025.

Por proposta da Direção, o Conselho Geral aprovou, igualmente por unanimidade, a eleição do Dr. António Jorge de Figueiredo Lopes, como Presidente Honorário da nossa Associação.

TERTÚLIAS

Eurodefence Jovem

SEGURANÇA E DEFESA EUROPEIA

TERTÚLIA #1



01
JUN

17:30 - 19:00

TRANSMISSÃO A PARTIR DA SEDE
EURODEFENSE PORTUGAL

Plano de Recuperação e Resiliência

Objetivos e desafios estratégicos



General Luís Valença Pinto
Presidente EuroDefense-Portugal



Professor Doutor Nuno Gama Pinto
Vice-presidente EuroDefense-Portugal

COM O APOIO
REPÚBLICA
PORTUGUESA
DEFESA NACIONAL



Inscrição

Primeira sessão da IV Edição das Tertúlias EDJ

No dia 1 de junho de 2023 (quinta-feira), às 17h30 será debatido o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), no contexto do tema desta edição da Tertúlias EDJ - Segurança e Defesa Europeia em Transição. A sessão contará com o discurso de abertura, assegurado pelo General Luís Valença Pinto, Presidente do EuroDefense-Portugal, sobre a próxima edição das Tertúlias EDJ que decorrerá até ao final do ano de 2023. Para debater sobre o PRR convidámos o Professor Doutor Nuno Gama Pinto, Vice-Presidente do EuroDefense-Portugal. Juntem-se ao evento. Contamos com a vossa presença!

A Equipa do EuroDefense-Jovem

O NOVO PACTO CIVIL DA CSDP

Alimento para o impacto

[Ver mais](#)

A Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e o seu instrumento, as missões civis de gestão de crises, têm por objetivo prevenir e gerir conflitos e crises, permitindo assim à UE promover a paz, a segurança e a estabilidade para além das suas fronteiras. O seu valor estratégico acrescentado é triplo. Em primeiro lugar, as missões civis da PCSD trazem grandes benefícios para os países de acolhimento e para as suas sociedades, fomentando condições para sociedades seguras e estáveis, promovendo o Estado de direito e prestando um apoio fundamental ao desenvolvimento. Em segundo lugar, ao reforçar as condições para sociedades seguras nos países de acolhimento, as missões também aumentam a segurança da União e dos seus cidadãos. Este aspecto é geralmente referido como um dos aspetos da relação entre segurança interna e externa. Em terceiro lugar, ao demonstrarem a credibilidade da UE enquanto interveniente no domínio da segurança e da defesa, estas missões fazem da União um actor sério e digno de confiança na cena internacional da paz e da segurança e sublinham o empenho da União em preservar a paz e reforçar a segurança internacional. Em 2016, a UE introduziu a Estratégia Global da UE para a Política Externa e de Segurança, que definiu uma visão mais sólida para a segurança e a defesa da UE.

RESOLVER OS CONSTRANGIMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA DA UE EM RELAÇÃO À UCRÂNIA

[Ver mais](#)

Pensa-se que o nome da Ucrânia provém da palavra eslava para fronteira. O maior Estado europeu que reemergiu na sequência da dissolução da União Soviética em 1991, a Ucrânia, ocupa uma posição geopolítica central na zona historicamente contestada, designada por Timothy Snyder como "terras de sangue". A dimensão e a importância geopolítica do país teriam, por si só, exigido uma política clara e coerente por parte da União Europeia no rescaldo da Guerra Fria. No entanto, a atenção da UE centrou-se inicialmente nos países que aderiram à UE em 2004 e na Rússia. Foi o grande alargamento de 2004 que aumentou a necessidade de uma abordagem reformulada e sofisticada em relação à Ucrânia e a outros novos vizinhos de Leste. A nova abordagem assumiu a forma da Política Europeia de Vizinhança (PEV), lançada em 2004 e rapidamente complementada pela Parceria Oriental, que surgiu como subconjunto estratégico da PEV em 2009. Neste contexto, as relações bilaterais foram definidas principalmente em termos de garantir os interesses da UE numa associação política reforçada e em relações comerciais mais profundas e abrangentes, sem, ao mesmo tempo, minar as relações oficiais com a Rússia, oferecendo à Ucrânia uma perspetiva de adesão. A UE pensava, ilusoriamente, que a sua abordagem manteria o Kremlin à distância.

PLANOS NACIONAIS DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

[Ver mais](#)

Enfrentar os desafios de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo

Analisando um conjunto de medidas do Mecanismo de Recuperação e Resiliência propostas por quatro Estados-Membros no âmbito do pilar 3, abordamos várias questões: até que ponto o mecanismo foi bem-sucedido em promover reformas económicas há muito esperadas nestes países? Em que medida as medidas propostas dão resposta aos desafios identificados numa série de domínios de intervenção? Em que medida são adequados os marcos e os objetivos correspondentes para garantir uma execução eficaz? Concluímos que o mecanismo foi eficaz na introdução de reformas importantes na agenda política, mas existe uma heterogeneidade significativa no que respeita à qualidade das medidas propostas, bem como às suas disposições de acompanhamento.



GARANTIR A SEGURANÇA A LONGO PRAZO DA UCRÂNIA

[Ver mais](#)

A adesão à NATO e outras opções de segurança

À medida que a guerra inaceitável da Rússia contra a Ucrânia continua, uma questão crítica será se e como a NATO deve reforçar o seu apoio à Ucrânia na sua cimeira de julho, em Vilnius, na Lituânia. Há muito que a NATO declarou que a Ucrânia acabará por se tornar membro da aliança, mas uma decisão fundamental para a NATO será a forma de implementar essa promessa no contexto da guerra em curso.

As opções vão desde ações formais da NATO como um todo até esforços coletivos ou individualizados dos países membros. Recomenda-se que, por razões geopolíticas e baseadas em valores, a aliança deve, no mínimo, oferecer à Ucrânia um Plano de Ação para a Adesão ou equivalente, apoiado por garantias de segurança que ajudem a assegurar o sucesso da sua luta contra a Rússia e a reforçar a segurança na Europa a longo prazo.

REFORÇAR A COOPERAÇÃO ENTRE OS EUA E A UE

[Ver mais](#)

Sobre as normas técnicas numa era de concorrência estratégica

Os laços transatlânticos têm sido difíceis nos últimos meses. Após um grau de alinhamento sem precedentes em relação à Rússia no primeiro semestre de 2022, incluindo a implementação rápida e eficiente de uma série de pacotes de sanções inovadores, os EUA e a Europa voltaram a entrar em território de disputa com as consequências das medidas tomadas por Washington, nomeadamente algumas disposições fundamentais da inovadora Lei de Redução da Inflação aprovada no Verão passado. Esta situação voltou a afetar a cooperação transatlântica e o potencial de alinhamento entre os EUA e a UE, em especial em relação à China e às questões tecnológicas e comerciais. As recentes ações dos EUA ampliaram na Europa a divisão entre "atlantistas" e "autonomistas estratégicos" e tornaram mais difícil para a Europa um alinhamento com Washington, por exemplo, em matéria de controlo das exportações ou de análise dos investimentos estrangeiros.



UM PACOTE DE CONECTIVIDADE PARA A UE

[Ver mais](#)

Considerações sobre a autonomia estratégica digital

As dificuldades enfrentadas pelas empresas de telecomunicações da UE para colmatar o grande défice de investimento necessário para atingir os objetivos de conectividade da Década Digital da União levaram os responsáveis políticos a propor várias soluções. A possibilidade de os maiores fornecedores de conteúdos compensarem as empresas de telecomunicações da UE, também conhecida por "quota-parte justa" ou "imposto sobre as telecomunicações", suscitou um aceso debate. A forma como o problema for resolvido terá consequências significativas para os objetivos de autonomia estratégica da UE.

As infraestruturas de telecomunicações são sectores críticos para a autonomia estratégica da UE. Uma consulta recente lançada pela Comissão Europeia sobre o futuro do sector da conectividade e a possibilidade de introduzir um "mecanismo de partilha equitativa" ou um "imposto sobre telecomunicações" para os fornecedores de conteúdos no tráfego de dados suscitou um debate aceso entre as empresas de telecomunicações e as grandes empresas tecnológicas. A questão não é apenas um desafio económico, também afeta aspetos fundamentais da UE: concorrência política entre Estados-Membros, preocupações de segurança, proteção dos consumidores, mercados internos e posicionamento internacional.



ESTADOS UNIDOS E CHINA EM ROTA DE COLISÃO

[Ver mais](#)

A importância da política interna para as relações bilaterais

Nenhuma outra relação bilateral é tão importante para o futuro da ordem internacional como a que existe entre os Estados Unidos e a República Popular da China. As relações entre a Rússia e o Ocidente também encerram perigos potenciais para a paz mundial, como os que resultam de uma possível escalada da guerra na Ucrânia e das respetivas capacidades de armamento nuclear. Mas Moscovo não tem influência económica ou política suficiente, para além dos seus meios militares destrutivos, nomeadamente os nucleares, para moldar proactivamente a ordem internacional. Em consequência da sua guerra contra a Ucrânia, o poder e a influência da Rússia estão a diminuir e a sua dependência da China vai aumentar. De facto, Moscovo já é o parceiro menor na sua "parceria estratégica" com Pequim.

Neste contexto, o presente estudo tem por objetivo analisar a dinâmica das relações entre os EUA e a China e fazer uma extrapolação para o futuro. A hipótese de trabalho é que, embora o conflito seja condicionado e constrangido pela estrutura do sistema internacional, os resultados específicos são moldados por factores internos e sociais. O objetivo da política externa alemã deve ser manter e fazer avançar a ordem internacional existente, que está a ser desafiada pela China e pela Rússia.



CHOQUE CULTURAL

Rússia, Ucrânia e a luta pelos cidadãos europeus

[Ver mais](#)

"Quando a Rússia invadiu, não foi só a Ucrânia que foi posta à prova", declarou o Presidente Joe Biden durante a sua visita a Varsóvia, em fevereiro. "O mundo inteiro enfrentou um teste para os tempos. A Europa estava a ser testada. A América estava a ser testada. A NATO estava a ser testada. Todas as democracias estavam a ser testadas". Biden estava certo ao reconhecer as grandes implicações que esta guerra tem para o mundo, mas estava errado ao sugerir que essas implicações são amplamente semelhantes para a Europa, a América e outras democracias. Todas elas enfrentaram questões fundamentais sobre soberania e democracia. Mas dada a eterna questão de saber se a Rússia faz ou não parte da Europa, a complexa (e muitas vezes trágica) história das relações da Rússia com os seus vizinhos europeus, a guerra da Rússia contra a Ucrânia tornou-se também um grande desafio para a cultura, a identidade e os valores europeus.

Mais especificamente, a guerra pôs à prova a credibilidade da Europa na sua ligação declarada às ideias de abertura, liberdade, solidariedade e responsabilidade individual.



CAMINHOS PARA O DESASTRE

[Ver mais](#)

A Guerra da Rússia contra a Ucrânia e os Riscos de uma Escalada Nuclear Inadvertida

O risco de uma escalada nuclear inadvertida devido a ações no domínio convencional é uma característica grave e subestimada do atual impasse entre a NATO e a Rússia, na sequência da invasão russa da Ucrânia em 2022. Os líderes da NATO e as forças armadas precisam de estar conscientes dos sinais não intencionais que podem seguir a colocação de armas, o movimento de forças e o apoio à Ucrânia, especialmente considerando o estado de deterioração das forças armadas russas. Há um número crescente de caminhos que podem levar a uma escalada inadvertida. As despesas da Rússia com stocks de mísseis de dupla capacidade, a mudança do equilíbrio de poder na Europa em benefício da NATO e o alargamento da NATO, que a aproxima da Península de Kola, aumentam a probabilidade da Rússia enfrentar escolhas do tipo "usar ou perder". As forças armadas russas têm sido sobrecarregadas e é de esperar que as relações entre civis e militares sejam perturbadas. Os militares russos têm uma mentalidade ofensiva, com a classe nuclear a desenvolver a sua própria ideologia paroquial.



PONTO DE NÃO RETORNO?

[Ver mais](#)

A transformação da ordem mundial após a invasão russa da Ucrânia

O dia em que tudo mudou, um momento crítico, um ponto de viragem na história - foi assim que muitos comentadores descreveram o dia 24 de fevereiro de 2022. O dia da invasão maciça da Ucrânia pela Rússia tornou-se não só a data nominal do início de uma guerra em grande escala, mas também o símbolo de uma mudança fundamental na ordem internacional, comparável a 1 de setembro de 1939, 9 de novembro de 1989 ou 11 de Setembro de 2001.

Mas será mesmo verdade que nada será igual nas relações internacionais depois de 24 de fevereiro de 2022? Para muitos não europeus, a guerra russo-ucraniana continua a ser uma guerra regional, com consequências limitadas para outras partes do mundo. Alguns especialistas vêem os acontecimentos de 24 de fevereiro de 2022 não como um ponto de viragem singular na história, mas antes como a fase seguinte de uma guerra travada pela Rússia contra a Ucrânia, ou contra o Ocidente, que tinha começado muito antes. Os especialistas tentam responder a questões sobre o âmbito, a natureza e o significado das mudanças no sistema internacional que foram desencadeadas ou amplificadas pela invasão russa da Ucrânia em fevereiro de 2022.



SENTIR O FRIO

[Ver mais](#)

Navegar pela governação do Ártico no meio da guerra da Rússia contra a Ucrânia

O lema "nada sobre nós sem nós" há muito que é utilizado pelos ucranianos para exigir que as suas vozes sejam ouvidas em questões que os afetam diretamente, quer se trate da decisão sobre o Formato da Normandia - o agrupamento de Estados formado numa tentativa de resolver a guerra no Donbas em 2014 - ou da construção do controverso gasoduto Nord Stream 2. À medida que a guerra da Rússia contra a Ucrânia chama mais a atenção para o Ártico, os seus habitantes adotam o mesmo refrão. Com o aumento da importância geopolítica da região, é essencial que eles sejam envolvidos nas discussões sobre o seu futuro.

Os efeitos das rápidas alterações climáticas no Ártico, a sua militarização e o entusiasmo em torno do seu potencial em termos de recursos naturais e de novas rotas marítimas têm atraído a atenção internacional para a região nos últimos anos. Neste contexto, os habitantes do Ártico, em particular os seus povos indígenas, sublinham frequentemente que este não deve ser considerado uma futura base militar ou o próximo alvo de uma exploração desenfreada dos recursos. Em vez disso, os governos devem trabalhar para o proteger e preservar a sua natureza.



ESPAÇO SCHENGEN DA UE E DAS SUAS FRONTEIRAS EXTERNAS

[Ver mais](#)

Um modelo de confiança merecida para defender a legitimidade de Schengen

O sistema Schengen foi inicialmente desenvolvido fora do âmbito da Comunidade Europeia. Teve a sua origem num acordo intergovernamental entre representantes de cinco Estados-Membros - França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos - que visava avançar mais rapidamente para o objetivo de suprimir os controlos nas fronteiras internas entre eles. O lançamento do Acordo de Schengen e a sua adoção em 14 de junho de 1985 assinalaram a frustração dos Ministérios dos Transportes e dos Negócios Estrangeiros desses Estados face à falta de progressos e ao âmbito limitado das disposições em matéria de livre circulação a negociar com vista à adoção do Ato Único Europeu. Uma das principais forças motrizes desta iniciativa foi a indústria dos transportes, que apelou à eliminação dos obstáculos ao comércio intracomunitário e à superação das filas de espera através da abolição dos controlos nas fronteiras



REFORÇAR AS SANÇÕES FINANCEIRAS CONTRA A RÚSSIA

[Ver mais](#)

Aplicar eficazmente as sanções no domínio da energia e reduzir as reservas sombra

As sanções financeiras são fundamentais para a aplicação das restrições às exportações russas de energia - em especial o regime de preços máximos do petróleo do G7/UE - devido ao papel fundamental das instituições financeiras nas transações transfronteiras. Embora o regime de sanções no sector da energia esteja a ter um impacto nas receitas de exportação e nas receitas orçamentais, estão também a surgir provas de violações potencialmente generalizadas. Além disso, uma dinâmica externa favorável permitiu à Rússia acumular ativos substanciais no estrangeiro - "reservas sombra" -, que devem ser mantidos fora do alcance do regime. As sanções contra as exportações de petróleo russas são uma das intervenções mais complexas nos mercados energéticos mundiais jamais realizadas no domínio da política económica.



TESTES DE RESISTÊNCIA PARA PROMOVER A RESILIÊNCIA DAS POLÍTICAS DA UE

[Ver mais](#)

A UE tem sido confrontada com uma série de choques e desafios nos últimos anos, incluindo a pandemia, a guerra na Ucrânia e a elevada inflação. Reconhece-se cada vez mais que a atual abordagem da elaboração de políticas na UE não é suficiente para fazer face a futuros choques e desafios e a um ambiente operacional de policrise. Os testes de resistência são um instrumento promissor de previsão política que pode ajudar a garantir que as políticas estão preparadas para futuros choques e desafios. Atualmente, os testes de esforço são mais conhecidos no sector bancário, como meio de promover a resistência às crises financeiras, mas a abordagem poderia ser mais amplamente aplicada a outros domínios políticos. No contexto do Parlamento Europeu, os testes de resistência podem identificar fraquezas e lacunas nas políticas comunitárias existentes e propostas, que podem ser abordadas através da alteração da legislação existente e/ou de propostas de nova legislação e de outras ações a nível da UE.

SUGESTÕES DE LEITURA



A maior parte das redes pode ser violada e a maior parte do software tem falhas que podem ser exploradas. Este facto pode dar uma vantagem sem paralelo aos atacantes, mas a situação na Ucrânia sugere que uma defesa enérgica e minuciosa pode revelar-se mais do que adequada para igualar esta vantagem. A experiência da Ucrânia pode orientar as decisões sobre a ciberdefesa e sugere que uma ciberdefesa adequada exigirá abordagens diferentes, envolverá novos atores e será complexa para as nações construírem e coordenarem. Como parte dos esforços do Centro Nacional de Cibersegurança do Reino Unido para moldar o debate e a discussão em torno de questões de cibersegurança, esta coleção de ensaios examina a guerra na Ucrânia, com vista a um debate mais amplo sobre o papel e o valor das capacidades cibernéticas. Estes ensaios exploram diferentes aspetos da defesa e da resiliência - incluindo os intervenientes que para ela contribuem - e identificam as lições que os países ocidentais podem retirar da experiência ucraniana para construir uma ciberresiliência robusta e coletiva. Isto inclui o poder das parcerias, quer para responder a ciberataques, quer para assegurar a continuação de serviços vitais durante o conflito, e a coligação sem precedentes de atores governamentais, multinacionais, industriais e da sociedade civil cujos esforços permitiram uma defesa ucraniana mais forte. Os ensaios proporcionam uma compreensão mais profunda da utilização de operações cibernéticas na guerra - e da forma como os países democráticos devem, à luz deste facto, preparar as suas defesas cibernéticas e a sua resiliência, dentro ou fora de um conflito.

Ver mais



O último livro de Josep Borrell Fontelles, Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia.

2022 foi o ano da guerra não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia. A agressão russa e as suas consequências globais levantam muitas questões para a política externa e de segurança da UE.

A agressão russa e as suas consequências globais levantam muitas questões para a política externa e de segurança da UE. Como é que a UE reagiu, mantendo a sua unidade e quebrando muitos tabus? As sanções contra a Rússia estão a funcionar? Como é que a UE reagiu à utilização da energia pela Rússia como arma? Como é que a UE lidou com as consequências da agressão russa na disponibilidade de alimentos e fertilizantes a nível mundial? Que conclusões deve a UE retirar desta guerra para a segurança e defesa europeias? Como pode a UE, neste novo contexto geopolítico, manter o direito internacional e revitalizar o quadro multilateral para assegurar a cooperação em questões globais como as alterações climáticas? E como pode a UE reforçar o seu compromisso com África, o Indo-Pacífico e a América Latina, aquilo a que alguns chamam agora o "Sul Global"?

Neste livro, que reúne uma coleção de artigos de opinião e discursos, o AR/VP Josep Borrell aborda estas e outras questões que dominaram a política externa e de segurança da UE em 2022.

Ver mais



Nas últimas duas décadas, a UE teve de enfrentar mais do que a sua quota-parte de desafios. Primeiro, a crise financeira mundial de 2008 e a crise da dívida da zona euro que lhe está associada, que prejudicaram os meios de subsistência das pessoas em toda a Europa e ameaçaram mesmo provocar o colapso da moeda comum europeia, o euro. Seguiram-se as revoluções da Primavera Árabe de 2011 e as subsequentes guerras civis sangrentas na Líbia e na Síria. Depois, com a Ucrânia a estreitar os laços com a Europa e o Ocidente, a Rússia reagiu em 2014 lançando uma campanha híbrida contra o seu vizinho ocidental e anexando ilegalmente a região da Crimeia. Esta foi a primeira vez que as fronteiras do continente europeu foram alteradas pela força desde a Segunda Guerra Mundial.

Ver mais



Lutar pelo futuro

Quando deve a Ucrânia iniciar os esforços de reconstrução para melhor equilibrar a necessidade de responder à procura do público e, ao mesmo tempo, ter em conta a incerteza da guerra?

A quem e a que deve ser dada prioridade durante os esforços de reconstrução para melhor equilibrar a procura de um arranque rápido com o risco de acesso desigual aos recursos e as suas potenciais consequências a longo prazo?

Quem deve dirigir a reconstrução para melhor equilibrar as questões de soberania e capacidade e o risco de corrupção?

Quem deve pagar a reconstrução para melhor equilibrar a rapidez, a soberania e os efeitos a longo prazo dessa reconstrução?

Ver mais



Uma nova política para a Rússia e a Europa de Leste baseada nas lições do passado

A guerra de agressão russa em grande escala contra a Ucrânia, que começou em fevereiro de 2022, demonstra o fracasso da Ostpolitik cooperativa da Alemanha dos últimos 30 anos e a necessidade de desvincular dele a política energética alemã. A Rússia tornou-se o maior risco de segurança na Europa. Para salvaguardar a segurança nacional e europeia, a coligação governamental alemã tem de aprender com as lições do passado, iniciar de modo radical um novo começo na política alemã em relação à Rússia e à Europa de Leste e assumir um papel de liderança na Europa.

Ver mais



A DECLARAÇÃO SCHUMAN

Onde nasceu a UE

[Ver mais](#)

Há 72 anos, em 9 de maio de 1950, foram lançados os alicerces da União Europeia tal como a conhecemos, numa declaração extraordinária baseada em dois princípios fundamentais: a paz e a solidariedade.

Um grupo de políticos europeus, a maioria dos quais tinha vivido os estragos das duas guerras mundiais, partilhava a visão de uma Europa unida que evitaria futuros conflitos entre países europeus. Esses políticos ficaram mais tarde conhecidos como os pais fundadores da União Europeia.

A sua visão era que os países europeus reuniram recursos estratégicos para tornar a guerra entre rivais históricos, como a França e a Alemanha, "não apenas impensável, mas materialmente impossível".



PARA ALÉM DO CRESCIMENTO

Vias para uma prosperidade sustentável na UE

[Ver mais](#)

Vias para uma prosperidade sustentável na UE

De 15 a 17 de maio de 2023, o Parlamento Europeu organiza uma conferência sobre o tema "Para além do crescimento". Este estudo apresenta aos participantes e a outras partes interessadas o debate sobre como ir além do crescimento. Organizado em duas partes, o estudo apresenta, em primeiro lugar, o status quo, com a nossa dependência do crescimento económico como principal motor político e do produto interno bruto (PIB) como medida económica fundamental, os pontos cegos relacionados com esta dependência e a necessidade de abordar as múltiplas falhas do sistema. Regista a ênfase atual na investigação e na inovação e descreve medidas já apresentadas no Pacto Ecológico Europeu para esse efeito. A segunda parte do estudo explora a necessidade de alterar os fatores subjacentes ao sistema e o modo como a transformação do sistema pode ser concretizada. Apresenta uma série de quadros políticos existentes ou sugeridos para efetuar mudanças, antes de passar a ferramentas específicas que são relevantes para a realização de transições económicas. O estudo termina com uma recapitulação do debate e dos desafios.



À TERCEIRA VEZ?

[Ver mais](#)

Conciliar a política climática e a política energética externa da UE durante as crises de segurança energética

A agressão russa contra a Ucrânia colocou a segurança energética no topo da agenda política europeia. A literatura existente sugere que a prioridade dada à segurança energética seria dada à política climática. Argumentamos que a reação da UE à invasão russa da Ucrânia pode constituir um desvio a este padrão. A nossa avaliação mostra um nível mais elevado de coerência de objetivos e instrumentos entre a segurança energética e os objetivos climáticos do que as respostas da política energética da UE a crises anteriores com a Rússia, nomeadamente a crise de abastecimento de gás de 2009 e a anexação da Crimeia em 2014.



O QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

A procura de flexibilidade e de eficácia reconhecida

[Ver mais](#)

A UE está atualmente confrontada com desenvolvimentos que poderão ter um impacto profundo nas nossas sociedades e políticas. No entanto, o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) da UE - que define a dimensão e o objetivo do orçamento da UE ao longo de um determinado período de tempo - tem dificuldades em ultrapassar a sua rigidez e em garantir a melhor relação custo-benefício em função da evolução das prioridades. Um passo importante para modernizar o QFP seria melhorar a utilização das avaliações de eficácia em relação às despesas da UE. Em 2003, André Sapir e colegas referiram-se ao QFP como uma "reliquia histórica" com despesas, receitas e procedimentos "incoerentes com o estado atual e futuro da integração da UE".



O ÁRTICO APÓS A INVASÃO DA UCRÂNIA PELA RÚSSIA

[Ver mais](#)

O risco acrescido de conflitos e ameaças híbridas

A agressão militar da Rússia na Europa aumentou a importância do Ártico - especialmente do Alto Norte europeu - na agenda de segurança internacional. É provável que a presença e o interesse dos países da NATO no Extremo Norte se mantenham fortes nos próximos anos. Contudo, é pouco provável que a Rússia se envolva em conflitos diretos na região e não existem disputas em grande escala no Ártico que possam causar preocupação imediata. Em vez disso, o potencial de escalada do conflito está relacionado com acidentes não intencionais ou ações intencionais de pequena escala abaixo do limiar da negação plausível - por outras palavras, operações de ameaças híbridas.